

REDACÇÃO PRINCIPAL
ALEXANDRE VIEIRA
Propriedade da Confederação Geral do Trabalho
EDITOR — JOAQUIM CARDOSO
Redacção, administração e tipografia, Calçada do Combro, 38-A, 2.º
Lisboa — PORTUGAL
Endereço telegráfico: *Talhada — Lisboa* • Telefone 7
Officinas de impressão — Rua da Atalaia, 114 e 116

A BATAHA

DIÁRIO DA MANHÃ — PORTA-VOZ DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA PORTUGUESA

EM VOLTA DUM CRIME

O PLANO DOS ABUTRES

Meditado friamente, está já em execução

A *chantage* financeira de que a *Batalla* ontem se ocupou é um crime, crime matadamente pensado. Mas é, além disso, um abuso da força, uma manifestação do poder do forte contra o fraco, uma especulação ignóbil com a miséria do povo.

Trata-se dum crime isolado, praticado por um, dois ou três indivíduos anónimos? Não. É uma coligação de muitos homens, se homem se pode considerar quem possui tam-baixos instintos.

Todas as casas bancárias tomam parte na *chantage*. Todas! Pode-se dizer, portanto, que elas constituem uma poderosa quadrilha.

O assalto foi estudado, premeditado, executado-se os prós e contras, com o sangue frio próprio duma maldade requintada. Calculou-se, traçou-se um plano, cujo fim era reduzir a fome milhares de indivíduos. Não nos queremos referir à ruína de alguns novos-ricos ou milicianos, que amanhã arranjarão maneira de pôr de novo em prática especulações infames. Temos dó, sim, dos milhares que possuem meia dúzia de réis, pequenos títulos cujo rendimento lhes dá o sustento. Nesse caso estão muitos velhos, impossibilitados de trabalhar. As outras vítimas são os trabalhadores, que arruinam a saúde no trabalho excessivo, para comer à noite umas migas de granítico pão.

Eles sabem que iam levar a miséria, muitos larem, mas não se detiveram. Encheram, ganham muito, é o seu único desejo. O resto, as lágrimas de tantas mães, a morte pela fome de tantos filhos, pouco importa. É preciso calcar a pé a dor humana para aumentar uma fortuna? Calca-se a pé a dor humana. É necessário proceder-se como canilha para acumular riquezas? Proceder-se como canilha.

Não houve uma sombra de remorso, nem um espírito mais livre que se opusesse. Não houve consciência. Consciência, se alguma vez a tiveram, está feita num farrapo, farrapo de consciência que anda sem norte, batida pelo vento impetuoso das mais abjectas ambições.

Contaram com tudo, abusaram de todas as fraquezas que eles próprios provocaram. Tramaram o plano na sombra, como saltadores, para que os não divisassem, para que não lhes chamassem ladrões, na própria cara. Mas a ignominia revela-se sempre. Talvez ainda sejam apontados ao povo como traidores, talvez ainda tenham de dar ditas contas da miséria que estão provocando.

O seu cálculo foi bem feito, mas apressado, claro, logo que sobre ele se debruçou a mão tenaz da verdade. Para provocar a catástrofe, aproveitaram-se das palavras imprudentes dum deputado, que disse ser necessário buscar o dinheiro aos cofres, onde ele estava. Palavras imprudentes, mas bem intencionadas? Não sabemos. O facto é que serviram maravilhosamente os banqueiros, que espalharam o terror. Não podiam deixar de ir buscar dinheiro aos Bancos. Como eles sabem ser os verdadeiros detentores da riqueza? Como eles sabem que tem o dinheiro, todo o dinheiro que os seus banqueiros foram sugando, pouco a pouco, ao povo, por intermédio dos milicianos?

Se o governo ia buscar o dinheiro aos Bancos, os negociantes, os depositantes, acharam — papavos! — que uma medida acertada do livramento de ficar sem depósitos. Levantaram, portanto, o dinheiro que haviam depositado. Não queriam outra coisa os banqueiros. Era uma corrida aos Bancos o ponto capital, aquele que causaria imediatamente a baixa necessária à especulação.

Os seus efeitos não se fizeram esperar, com grande alegria dos banqueiros. Poderia lá ser! Um plano tam bem executado não podia de maneira alguma falhar!

Todas as probabilidades estavam previstas: coisa alguma poderia inutilizar o seu *truc*: nem o povo, nem o governo, nem os próprios milicianos.

Vejamos como foi planeado o assalto. Pretendem os banqueiros o seguinte: 1.º Elevar os juros de descontos, cuja percentagem era, em média, 5 p. 10, para 10 p. 100. Depois do plano completamente realizado, mais elevarão, dando a essa diferença para mais o nome de comissão. Ficam assim dificultadas as transacções dos tais milicianos, que, sem dinheiro, devido à baixa de títulos, e sem o apoio dos Bancos, já mais se levantam. Porém, os Bancos e os grandes comerciantes que suportaram a crise, mais a crise, e, portanto, mais perigosos, vão substituir os milicianos nas suas especulações, reservando-se lucros muito mais elevados e fazendo, de certo modo, a concentração do capital.

Ver-se-á livres desses milicianos, que pela sua imprevidência e inépcia comercial, estão impedindo a alta financeira de fazer especulações sólidas, métodos e calculadas sobre a alta e sobre a baixa.

Em virtude da desvalorização da moeda, que dum momento para outro pode ficar nas mãos sem préstimo algum, depois de inutilizarem os capitais milicianos e particulares, tomam o lugar destes, no comércio e na indústria, realizando negócios com paridade. Assim, depois de se apoderarem da moeda, dos papéis de propriedade, começam a apoderar-se da propriedade. Realizarão em seguida a concen-

NÃO APOIADO!

LOCUTÓRIO DUM INSURRECTO

Que eu saiba, a população do bairro da Ajuda não tem dado que falar desde os últimos tempos. Nesse bairro as desordens estão como os candieiros camarários: só lá de longe em longe surgem, e mesmo assim bruxuleantes e sem consequências. De manhã, *ferret opus*; saí toda a gente de suas casas na febre da preocupação do trabalho. O bulício esmorece enquanto o sol ascende e declina, e só à tardinha as ruas da Ajuda se povoam e assumem por momentos o ar de rumorejantes artérias citadinas.

Uma gralhada mais acêsa ali, na taberna onde a pinga tem mais fama, uma discussão mais prolongada ao canto duma rua, mas só a meia noite é ver como tudo se aninha sossegadamente, a procurar nos leitos pouco fôcos o descanso, para que horas após o esforço recomece. Tranquilo e pacífico, que eu saiba, o bairro da Ajuda. Pois vai a população do bairro da Ajuda receber, como prêmio do seu bom-comportamento, um grandioso serviço de vigilância, comandado pelo sr. major Namorado de Aguiar e exercido: 1.º pelo grupo de esquadrões n.º 2, com sede em Belém; 2.º pela bateria de artilharia 3, aquartelada na calçada da Ajuda; 3.º pelo grupo de esquadrões do batalhão 6; 4.º e ainda pelas 2.ª e 4.ª companhias do mesmo batalhão. Estas determinações, que altas razões de ordem pública provocaram, noticiava-nos o *Diário de Notícias* de ontem. Não sei que demoníacos *complots* fartejou a autoridade no remansoso bairro da Ajuda. Certo é porém que vai lá ficar bem vigiado, para que pereneamente a ordem pública esteja assegurada. A ordem pública sabem vocês o que é. E' ficarem salpicadas de sangue, não tardará muito, aquelas ruas que até hoje nenhuma alteração da harmonia perturbou. Sangue derramado, bem entendido, pelos que nunca a ninguém sonharam fazer mal. Esses serão os provocados, os espancados, os agredidos. Os esquadrões, as baterias, os cavalos, as armas, a pólvora do estado não tem outro fim mais do que o de ofender, vexar e oprimir. E nós veremos dentro em pouco nos jornais, sob títulos pomposos, notícias técnicas a começar assim: «No bairro da Ajuda, infestado de desordeiros e habitado por gente da pior espécie... uma alteração da ordem... vendose a força pública coagida a tomar uma atitude enérgica... quatro mortos e cinco feridos... defesa social... elementos perturbadores... bolchevismo...». Tudo isto naquele tranquilo bairro onde, sem baterias e quase sem polícia, a harmonia tem reinado até agora, imperturbavelmente...

Assim, os banqueiros julgam-se a única força, os super-homens. Creem firmemente em levar a cabo a sua maquiavélica empresa sem terem que vencer grandes obstáculos.

Meça-se agora o cinismo, a podridão destes homens. Veja-se o que é a sociedade capitalista nas suas últimas consequências.

Os banqueiros julgam-se onnipotentes e são-no de facto, por enquanto... Consequentemente tudo na vida. De um momento para o outro, causam a fome, abalam o país de léis a léis.

O governo, o pequeno comércio, o militarismo, são instrumentos nas suas mãos, manejados a seu bel-prazer. Eles, que são a alta finança, são os verdadeiros inimigos, muito bem ocultos detraz das baionetas, da política, da filantropia, enfim de dezenas de espantalhos.

Eles são a cabeça, são o cérebro da sociedade burguesa. São o perigo, o verdadeiro perigo, que é necessário combater.

NOTAS & COMENTÁRIOS

Pão alho — Diz-se que não há farinha para pão e que por isso é negro e integrável. Mas se quisermos, ou melhor, se pudermos alargar os cordões à bolsa, o pão aparece, não com o nome de pão, mas de bolo.

Assim nos falou António Feliciano Rodrigues e assim continuou: — Na Rua do Sacramento, à Lapa, 68, casa particular — dum padre, por sinal, vende-se pão fino...

— Mas com a aparência de bolo. Eu via para lá entrar muita gente e andava intrigado com a história. Enviei lá alguém e o caso teve a sua explicação. Naquela casa vendem-se pães pequenos, do tamanho dos antigos pães de 10 reis, mas custa cada um centavos.

E poz-nos logo a secretária um dos tais pães, muito clarinho e ao qual dei, para disfarçar, um leve banho de óvo.

— É não, foi o padre? — perguntámos.

— Não, porque o padre deve vendê-lo com a graça de Deus...

Liberdade de imprensa — Queremos a liberdade de pensar e de escrever para todos os que dessa liberdade saibam fazer uso.

Assim dizia ontem a *Pátria*, num tom de quem recomenda júnio ao governo.

E' original o conceito da liberdade de pensamento tem a *Pátria*. É uma liberdade com restrições.

— Para todos os que dessa liberdade saibam fazer uso...

Imaginem que cada um tinha o poder de restringir os direitos como o governo entende ter, por exemplo, e que o «fazer uso» da liberdade de imprensa era encarado por cada um a seu modo. Acabava a imprensa por nada dizer, porque a todo o momento entraria em qualquer pela redacção e ordenava: — Senhores jornalistas: mostrem-me o que estão rabiscando!

Os jornalistas mostravam humildemente a folha onde estavam impressas as mais sinceras ideias.

O censor lá, torcia a venda, discordava, achava que aquilo não era maneira de «fazer uso» da liberdade e gritava: «por voz de trovão: — Não pode circular o jornal, porque está escrito em linguagem despejada! Felizmente para nós e para a *Pátria*.

Uma das coisas que eu não explico nas relações do Estado com a opinião do país é o medo pueril dos governos à publicidade das ideias.

Este terror, hoje em dia absolutamente absurdo, data de séculos, e parece uma enfermidade mental transmitida por infecção local, de geração em geração, na zona do poder.

Muito antes de se ter descoberto a imprensa, existia já a instituição oficial da censura. Nesse tempo compreendia-se a intervenção fiscalizante do governo na circulação das ideias. Os livros e os panfletos em manuscrito passavam secretamente de mão em mão. Os que governavam não podiam ter mais que uma vaga e bem incompleta noção do que se lia. As ideias viviam e procreavam invisivelmente, lentamente, surdamente, minando quasi que por baixo da terra os poderes estabelecidos, e roendo devastadamente as construções de aparência mais sólida e mais rija, como os escalrachos ou como os formigueiros.

Entendia-se então que os governos tivessem medo à palavra escrita como se tem medo a todo o perigo encoberto, à escutidão, ao silêncio.

Um terror que data de séculos

A propósito da censura à imprensa

Uma das coisas que eu não explico nas relações do Estado com a opinião do país é o medo pueril dos governos à publicidade das ideias.

Este terror, hoje em dia absolutamente absurdo, data de séculos, e parece uma enfermidade mental transmitida por infecção local, de geração em geração, na zona do poder.

Muito antes de se ter descoberto a imprensa, existia já a instituição oficial da censura. Nesse tempo compreendia-se a intervenção fiscalizante do governo na circulação das ideias. Os livros e os panfletos em manuscrito passavam secretamente de mão em mão. Os que governavam não podiam ter mais que uma vaga e bem incompleta noção do que se lia. As ideias viviam e procreavam invisivelmente, lentamente, surdamente, minando quasi que por baixo da terra os poderes estabelecidos, e roendo devastadamente as construções de aparência mais sólida e mais rija, como os escalrachos ou como os formigueiros.

Entendia-se então que os governos tivessem medo à palavra escrita como se tem medo a todo o perigo encoberto, à escutidão, ao silêncio.

Mas no tempo de hoje! Quando o descobrimento da tipografia tresdobrou muitos milhares de vezes a sua primitiva força de expansão na publicidade e na luz; quando quasi toda a gente sabe ler; quando há o prelo Marinioti, movido a vapor, e há o grande jornal a 10 réis, tirado a milhares de exemplares por hora, redigido por milhares de reporteiros aos guichets de todos os telegrafos do mundo; quando já não há ideia, concebida em qualquer parte que seja, que em vinte e quatro horas não tenha dado a volta do globo, e não apareça ao mesmo tempo formulada, redigida, impressa, afixada, apregoada, vendida, dada de graça, em milhões e milhões de exemplares, por toda a superfície do orbe, agora digo, o perigo que poderia ter a ideia desapareceu inteiramente.

Não há já segredos.

Os que governam acham-se informados de tudo quanto pensam os governados. Não tem mais do que ler, e resguardar-se. Acabou para os governos a surpresa, a emboscada, a perseguição encoberta.

Esses perigos já não existem realmente senão para os governados, que tem ainda contra si, pôsto que mantidos e pagos por eles próprios, os únicos poderes ocultos que subsistem no regime das sociedades modernas: os recônditos planos de guerra entre governo e governo, a diplomacia, a polícia secreta, a intriga de corte para corte, a espionagem sobre os cidadãos suspeitos, a violação das cartas, a visita domiciliar, a busca aos papéis de cada um, etc.

Se nós, particulares, tivéssemos de garantir-nos contra os governos com a mesma segurança com que os governos se acham garantidos contra nós, a primeira obrigação que lhes impormos seria a de terem um jornal e de imprimirem nele em cada manhã absolutamente tudo quanto pensassem de nós, para bem e para mal, mas principalmente para mal, porque o importante, porque o essencial é, sobretudo, isso: avisarem-nos do que nos prejudica.

Se dispussemos da faculdade de nos precavermos contra o governo com a mesma eficácia com que o governo se acha precavido contra nós, todo o nosso plano de defesa se basearia no emprego dos meios atinentes a tornar para ele forçada a liberdade absoluta de imprensa, não facultativa, mas obrigatória e levada até aos últimos excessos a que pudesse chegar a pena dos seus escritores, sem freio, sem barreira, sem limite de espécie alguma.

E sempre que o chefe do Estado ou os seus ministros pudessem ser acusados de não nos descompreenderem suficientemente, de nos não injuriarem na medida de todo o seu desejo, chamá-los aos tribunais como impostores e como sediciosos, e obrigá-los a dizer tudo, aplicando-lhes para esse fim a tortura, exactamente como eles nos diziam a nós no tempo em que, em vez de escrevermos nos jornais, nós nos calávamos como o jôgo.

Ora, este meio admirável, infelizmente inexistente, pelo qual não seria possível fiscalizar os sentimentos e as ideias do governo, pondo-nos de sobre-aviso para combater ou para resistir aos seus projectos e aos seus actos, este meio único de nos informarmos do que o governo verdadeiramente pensa a nosso respeito, é exactamente aquele de que em todos os países em que há jornais e em que há liberdade de imprensa, o mesmo governo dispõe para se pôr ao facto de tudo quanto pela nossa parte nós pensamos dele.

E é desta completa e inteira publicidade de todas as nossas opiniões que o governo tem medo!...

E é esta publicidade que ele quer regulamentar, que ele quer restringir, que ele quer suspender?!

Quando o governo nos fala na necessidade, na conveniência, ou na vantagem de pôr o chefe do Estado, a dinastia, a coroa, a real família, as instituições fundamentais da monarquia ao abrigo da imprensa que a injúria e que a descompo, eu não sei realmente se o governo nos destrua ou se fala sério.

Sempre quereria ver a cara do governo português, por exemplo, no dia em que o partido republicano cessasse de sempre de publicar jornais em Portugal, e fechasse os clubs!

Imaginem o efeito! Todos os telefo-

nos oficiais em vibração em Lisboa, do commissariado da policia para o governo civil, do governo civil para o ministério do reino, do ministério do reino para o palácio da Ajuda, do palácio da Ajuda para o quartel das guardas municipais.

Desapareceu o *Século*! desapareceu o *Trinidade*! desapareceu o *Patriota*! desapareceu a *Folha*! desapareceu a *Era*! Foi-se às redacções abandonadas! Foi-se aos clubs desertos! Por todas as esquinas, por todas as ruas, nas portas de muitas casas, nos mostradores e nas vitrines de muitas lojas este letrado: *Cada um em sua casa, no seu posto. Esperar. Silêncio!*

Do cabo de algumas horas deste espectáculo, que não seria no fim de contas senão o resultado ideal da mais completa e da mais perfeita lei das rólhas, toda a policia de Lisboa estaria em movimento, a guarda municipal triplicaria as patrulhas, os regimentos ficariam nos quartel prontos à primeira voz, sua majestade el-rei não viria ao teatro lírico nessa noite, e antes da madrugada do dia seguinte centenas de republicanos teriam sido directa ou indirectamente convidados a falar pelas mesmas autoridades encarregadas agora de os fazer calar à força.

Dal vemos que desde que num país existe quem deseje injuriar as instituições e os indivíduos que as representam — coisa que nenhum poder do mundo pode obstar que se dê — a grande vantagem para a segurança dessas instituições e desses indivíduos está em que a injúria, latente no espírito de cada um, se formule e se publique em jornais onde o governo e a policia se informem integralmente não só dos actos mas dos pensamentos do público.

Tal é a questão do abuso da liberdade da imprensa considerada pelo lado da conveniência do Estado.

(Das Furças)

Ramallo ORTIGÃO

A carestia da vida

— e a —

questão do inquilinato

Realizou-se anteontem no Sindicato Unico Mobiliário a 4.ª sessão do movimento que a C. G. T. pretende levar a efeito

Como estava anunciado, realizou-se anteontem a 4.ª sessão preparatória do movimento iniciado pela C. G. T., na sede do S. U. Mobiliário.

A's 21 e meia horas, o camarada Alfredo Marques, depois de expôr os fins da reunião, abriu a sessão, secretariado pelos camaradas António dos Santos e Manuel Moreira.

Carlos de Araújo, delegado da U. S. O., que largamente se refere ao momentoso problema carestia da vida, abordando vários pontos como seus factores e depois de exprobar a attitude governamental, alude ao facto da agitação operária se sentir de há muito através dum insuportável sofrimento.

Referindo-se ao inquilinato, aconselha os presentes a cumprirem as determinações de há tempo da U. S. O., e a perfilharem este movimento.

Faustino Ferreira, delegado da U. S. O., reforça as considerações do orador antecedente, e exorta o povo consumidor a manifestar a sua revolta perante esta situação.

Palma da Conceição, ex-operária da fábrica dos tabacos, em termos enérgicos, refere-se à carestia da vida e à sua origem, protesta contra o deprimente espectáculo das *bichas*, censurando o procedimento de alguns operários que, não manifestando a sua revolta perante este caso, ainda obrigam suas companheiras a apresentar-lhes os géneros.

Refere-se, como os oradores antecedentes, ao movimento de Novembro de 1918, aconselhando a máxima coesão no presente.

Santos Arranha, escalpizando os poderes da actual sociedade, indica como solução deste assunto a supressão dessa podridão. Alude ao movimento de Novembro e aos esforços da organização, e apela para a unificação do proletariado afim de materializar o seu objectivo.

Júlia Cruz, com palavras repassadas de revolta, insurge-se contra o proteccionismo governamental, e, numa quente exortação, aconselha o operário a preparar as suas companheiras, pois serão elas, a quem está confiado uma preponderante missão, que, assistindo às assembleias aonde moralmente são preparadas, obstarão à continuação deste mal.

Carlos da Fonseca, também em nome da U. S. O., faz largas considerações sobre o assunto, elucidando a assembléa de vários casos de sonegação de géneros por elle verificados, lembrando a conveniência do apoio a este movimento.

O presidente, antes de encerrar a sessão, alude à convulsão internacional e critica a tactica messianica de alguns militantes na preparação de suas classes, unicos causadores do indifferntismo do povo trabalhador.

Foi ainda aprovada uma moção de apoio a este movimento.

A sessão foi encerrada as vivas à C. G. T., Organização Operária e Batalla

AS GREVES

Pessoal dos eléctricos

Na assembleia magna de anteontem, que esteve muito concorrida, mostrou-se a classe disposta a não aceitar qualquer plataforma que não seja a completa satisfação das suas reclamações e o pagamento dos dias de greve, protestando contra o procedimento da câmara municipal por motivo duma notícia publicada na imprensa, em que tenta ameaçá-las.

Tratando do movimento contra a carestia da vida, resolveu também a classe a dar o seu apoio à C. G. T., logo que ela o inicie.

Foi aprovada uma moção, que só ontem tendo chegado a esta redacção publicamos em seguida:

Considerando que a câmara municipal de Lisboa publica nos jornais de hoje uma notícia que carece de fundamento;

Considerando que essa noticia não tem por fim senão amesquinhar a honra e a dignidade desta classe;

Considerando ainda que não podem estar a mercê desses politiquês sem consciência a honra, brio e a dignidade dos empregados da Companhia Carris;

O pessoal, reunido no quarto dia de greve, resolve:

1.º Tornar responsável por tudo quando possa succeder a verenação da câmara municipal de Lisboa;

2.º Não aceitar a municipalização dos serviços, visto a incompetência, já várias vezes demonstrada pela mesma câmara municipal;

3.º Chegados a este ponto, só se aceita a socialização sob a administração do pessoal, unica entidade a que a isso tem direito;

4.º Repudiar as vis caluniosas levantadas pela câmara municipal de Lisboa.

Ontem reuniu novamente o pessoal, pelas 15 horas, com grande concorrência e entusiasmo, fazendo uso da palavra vários camaradas, mantendo-se todos na maior solidariedade e animados pela vitória justa do seu movimento, pois não retomaram o trabalho sem que o respectivo comité o determine.

Nesta reunião, que foi suspensa por cinco minutos em sinal de sentimento pelo falecimento dum camarada agulheiro, registou-se a entrada de cartas de alguns assinantes dando o seu apoio ao pessoal.

Poi também tomado conhecimento da comunicação do comité à comissão de melhoramentos para que esta não tome parte em *démarches* sem que para isso seja chamada, fazendo-o, porém, só desde o nascer do sol até à meia noite. Foram nomeadas comissões para convidar alguns condutores e guarda-freios que se encontravam guardando os elevadores da Glória e Lavra, a abandonar aqueles locais.

Também foi lida uma comunicação do comité central que é do teor seguinte: Coragem, firmeza e união! Avante sem recear nem timidez, que a vitória será um facto!

Pelos delegados de comunicação, foi este comité informado de que os expedientes que se encontravam ao serviço em Santo Amaro e Arco do Cego abandonaram o serviço, o que, porém, ainda não succedeu com os encarregados de revisão, officinas e geradora. Este comité, pela ultima vez, declara que se esses camaradas não abandonarem o trabalho serão considerados traidores à classe, não se responsabilizando por qualquer violação de que possam ser vítimas.

Quem poderá afirmar que durante o tempo esses mais camaradas se encontram no trabalho? Não! Razão porque este comité convida a assembléa a nomear comissões para, por todas as formas ao seu alcance, impedir a entrada a esses eternos *amarelos*.

Um aviso do S. U. C. C.

O conselho administrativo do Sindicato Unico da Construção Civil tomou conhecimento dum officio enviado pela Associação dos Empregados da Companhia Carris de Ferro participando que a respectiva companhia pretende, em substituição dos pedreiros e serventes, ao serviço da mesma, arranjar camaradas de fora para fazer um trabalho na fábrica Geradora de Santos, resolvendo tornar publico, por intermédio de *A Batalla*, que nenhum camarada se deve prestar a ir desempenhar qualquer trabalho nas instalações daquela companhia, em substituição dos camaradas da industria ao serviço da mesma e actualmente em greve.

Pessoal da Imprensa Nacional

A convite do comité dirigente do movimento do pessoal da Imprensa Nacional, reuniu este ontem em assembleia magna, no salão do Grupo Dramático Lisbonense a fim de tomar conhecimento dos trabalhos da comissão de melhoramentos.

O presidente, camarada Patronila, saudou o pessoal da Imprensa pela attitude que tem sabido manter há 25 dias, congratulando-se, portanto, por ver que o mesmo pessoal sabe lutar pelos seus direitos.

Júlio Pereira, membro da comissão de melhoramentos historia largamente as *démarches* da comissão desde a constituição do governo Granjo, lendo e justificando seguidamente o documento que consta das reclamações, tal qual o acordo estabelecido com o director da Imprensa e o governo. Expõe ainda que ontem, numa conferencia realizada entre a comissão, o ministro do interior e o director da Imprensa, o ministro declarou que apesar de ser intenção do governo apresentar as reclamações ao parlamento já dentro do orçamento do ministério do interior, está assente que elas serão presentes numa proposta de lei no actual período legislativo, por não haver tempo para discutir aquele orçamento.

Manuel Afonso também em nome da comissão reforçou a justificação das reclamações tal como ficaram definitivamente elaboradas.

Seguidamente leu-se um documento do comité, o qual analisando sucintamente o aspecto com que a questão se apresenta, termina com a seguinte moção.

Considerando que tendo o governo aprovado, por unanimidade, a proposta elaborada entre o director geral da Imprensa Nacional e a comissão delegada do pessoal, esse facto demonstra, por parte d'aquele, o desejo de atender as nossas justas reclamações;

que na *démarche* hoje realizada pelo director do estabelecimento e a comissão representativa do pessoal, junto do ministro do interior, se obteve de s. ex.ª a confirmação da aprovação, em conselho, da mesma proposta;

que, em virtude da falta de tempo para a discussão do orçamento dentro do actual período legislativo, o sr. ministro do interior garantiu que o trabalho aprovado seria presente no parlamento, convertido em proposta de lei, para o que dera já as necessárias instruções;

O pessoal resolve:

1.º O ingresso de todo o pessoal nas officinas da Imprensa Nacional, amanhã, 5 de corrente, à hora regular, recomencando a laboração de forma a que no mais curto espaço de tempo, se verifique a perfeita normalidade em todos os serviços.

2.º Ratificar a sua inteira confiança a comissão para, até final, realizar as necessárias *démarches* junto das entidades officiais, aguardando finalmente a confirmação pratica das promessas do governo.

Augusto de Sousa diz estar plenamente de acordo com os trabalhos da Comissão, acrescentando que o pessoal não deve adormecer sobre os louros, visto que muito ainda há a fazer. Termina por alvitar uma saudação à *Batalla*, muito especialmente à *Batalla*.

António da Silva Júnior votou contra a greve porque não confiava na solidariedade do pessoal, mas felizmente enganou-se.

Cândido Lial apoiou a moção do Comité, requerendo para ela a prioridade, devendo o pessoal entrar hoje no edificio da Imprensa só depois da guarda republicana se ter retirado.

O camarada Canhão apresentou uma proposta no sentido da direcção do sindicato adquirir acções de *A Batalla*, cujo documento foi admitido por aclamação, ficando a sua aprovação dependente de uma assembleia de associados.

José da Cunha Malheiro apresentou a seguinte saudação, que foi aprovada por aclamação:

O pessoal da Imprensa Nacional, reunido em assembleia magna, saída a Federação do Livro e do Jornal pelo apoio que fez às classes gráficas da industria particular, extendendo essa saudação a todos os camaradas da grella pelo auxilio dispensado no momento de luta.

O camarada Canhão volta a fazer uso da palavra, registando-se pela conduta nobre que o pessoal tem sabido manter há 25 dias. Declara que a seu ver o pessoal entrou agora numa vida nova, desde há muito necessária na defesa dos seus direitos. O aumento de salário, porém, nada resolve, tornando-se necessário que ele se prepare para um movimento mais completo e geral, lembrando a acção da Confederação Geral do Trabalho no actual momento, contra a carestia da vida.

Francisco Cristo faz uso da palavra como representante da *Batalla* e como componente do pessoal. Seguiram-se no uso da palavra Edmundo Santos e Manuel Afonso, que faz várias considerações sobre a attitude que o pessoal deve tomar de futuro, interessando-se em casos de ordem moral, tais como funcionamento do Conselho Administrativo. Faz ainda algumas referências sobre o pessoal da Casa da Moeda, a conselho do pessoal da Imprensa e dar todo o apoio moral a esses camaradas, e se preciso for, dar-lhe também apoio material. Estas palavras são muito bem recebidas pela assembleia.

António de Oliveira apresentou uma proposta de agradecimento à Cantina Escolar de S. Mamede, Escola de Ensino Liberal e Grupo Dramático Lisbonense, por durante o movimento terem posto as suas sedes à disposição do pessoal da Imprensa.

Em seguida foram postas à votação as conclusões da moção do Comité, sendo aprovadas por unanimidade.

Júlio Pereira agradeceu as saudações à comissão, e Virgílio Dias propôs um voto de sentimento pelo falecimento da camarada Maria Tereza.

BOA